

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0220/2024
EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 004/2024

O **MUNICÍPIO DE TAPEROÁ**, Estado do Bahia, através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, cujo o critério de julgamento será o de menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 065, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h e 00min do dia 22/11/2024 às 10h e 00min do dia 09/12/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10h e 00min do dia 09/12/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 10h e 10min do dia 09/12/2024.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REMANESCENTES DA OBRA DE REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA, CONTRATO DE REPASSE Nº 1046646-02/2017, CONVÊNIO Nº 851444/2017 VINCULADO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes/itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. A participação no presente Concorrência se dará mediante realização sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Concorrência Eletrônica da Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0**, disponível no endereço eletrônico: <https://portal.licitanet.com.br/login>.

2.2. Os interessados deverão se inscrever previamente, realizando o devido credenciamento junto à **Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0**; **telefone:** (34) 2512-6500; **e-mail:** fornecedor@licitanet.com.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento; que deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.

1) No caso da apresentação de alteração contratual consolidada, fica dispensada a apresentação das alterações anteriores à consolidação.

2) Tal exigência se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade de se cadastrar todas as empresas participantes do certame, para fins de repasse de informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado.

3) O Acesso a tais documentos, por parte deste Município, se dará somente na fase de habilitação do certame.

b) Demais documentos exigíveis pela **Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0**.

2.3. O acesso do operador a Concorrência, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência.

2.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

2.7. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.8. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará à **Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0**, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

2.9. A presente licitação não possui lotes para a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.9.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.11. Não poderão disputar esta licitação:

2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.11.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.11.11. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.17. A vedação de que trata o item 2.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá apresentar junto à plataforma do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, às seguintes declarações:

3.3.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

3.3.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.3.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.6. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.3.7. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.4. O atendimento ao subitem 3.3 poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, junto à plataforma do sistema eletrônico, no momento da inserção da proposta de preço inicial, conforme modelo constante do anexo III deste edital.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. marca/modelo (se houver).

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do

desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando foro caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. Será adotado para o envio de lances na concorrência o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos** e, após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção

de lances.

5.9.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.3. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, poderá admitir o reinício da disputa aberta.

5.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.9.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.11. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.13. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO REFERENTE AS TABELAS REFERIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última

oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.15.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.15.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.15.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.15.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.15.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.15.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.15.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Bahia;

5.15.6.2. empresas brasileiras;

5.15.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.15.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.16.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.16.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.17. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastros de impedidos e inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas do Estado de onde tiver sede o particular, e cadastro de fornecedores sancionados deste Município;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em

conformidade com os itens 2.9.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

Obs. (1): No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Obs. (2): Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

6.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme ANEXO I do edital.

7.2. Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do Agente de Contratação solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6. Os documentos acima solicitados, que não apresentarem data de validade, estes serão considerados válidos por no máximo **120 (cento e vinte) dias**, após a sua data de emissão.

7.7. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

7.8. As empresas participantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06 alterada pela Lei nº 147/2014).

7.9. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das empresas participantes, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e a critério da Administração, prorrogáveis por igual período; cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, § 1º, da LC nº 123/06 alterada pela Lei nº 147/2014.

7.10. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas Lei Federal nº 14.133/21.

7.12. Os documentos exigidos para habilitação que deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do agente de

contratação.

7.13. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a

vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.taperoa.ba.gov.br/site/Transparencia>.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como nos Decreto nº 065, de 2021 do município de Taperoá.

9.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

9.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

9.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato/ata;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida.

9.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Concorrência ou a execução do contrato;
- b) fraudar a Concorrência ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de concorrência, mesmo após o encerramento da fase de lances:

9.2.3.1.1. A sanção prevista no item 9.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Taperoá, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% a 30% sobre o valor o valor do contrato lícitado.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.7.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Concorrência, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.10. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = I \times N \times VP$, onde: $I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **em campo próprio na plataforma** <https://licitanet.com.br/processos>; **ou através do e-mail:** licitacao@taperoa.ba.gov.br.

10.4. A impugnação deverá ser dirigida ao Agente de Contratação, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO CONTRATO:

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o representante legal da empresa licitante para assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/2021 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

11.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que haja solicitação expressa do detentor, e motivo justificado.

11.3. Uma vez assinado o termo de contrato, assume o contratado o compromisso de atender durante o prazo de vigência do respectivo contrato.

11.3.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4. Será registrado apenas o valor do vencedor da disputa para o respectivo objeto.

11.5. A partir da assinatura do contrato, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive as penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

11.6. O Contrato terá sua vigência iniciada na data da sua publicação, que se estenderá pelo período de 12 (doze) meses; poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.8. Para efeitos de garantia dos produtos e ou serviços, o prazo de vigência dos contratos se dará até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, ou conforme descrita no produto; e de conformidade como descrito na Proposta de Preços da CONTRATADA.

11.9. O Contrato será tramitada pelo Setor de Contratos e com o Gestor do Contrato, localizado no paço municipal devendo todos os assuntos pertinentes ser tratados diretamente no setor por e-mail: licitacao@taperoa.ba.gov.br.

12. DA REVISÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS:

12.1. O preço contrato poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro**, para mais ou para menos.

12.1.1. A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor de Contratos, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusivas**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente

a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do **Contrato**; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na Plataforma Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0 e no Diário Oficial do Município.

14.11. Os Trabalhos serão conduzidos por Servidor do Município de Taperoá – Estado do Bahia, denominado Agente de Contratação (conforme Decreto nº 067/2021), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo da “Licitanet” constantes da página eletrônica da Licitações Eletrônicas 4.0 (<https://portal.licitanet.com.br/login>).

14.12. Mais informações referentes esta Concorrência poderá ser solicitada por e-mail: licitacao@taperoa.ba.gov.br.

14.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.3.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

14.3.2. ANEXO II – Termo de Referência;

14.3.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;

14.3.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços (licitante vencedor);

14.3.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.

15. ADENDO – Projeto Básico e Executivo.

Taperoá – Bahia, 22 de novembro de 2024.

Valmir Luz Sacramento
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos apresentados nos envelopes lacrados, e ainda nos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

d) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

e) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

f) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

g) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

h) Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

i) Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

j) É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes à Habilitação e Proposta de Preços, a respectiva documentação atualizada.

k) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail ou presencialmente, via protocolo, no prazo de **24** horas sob pena de inabilitação.

l) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento

digital.

m) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

n) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

o) Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

Obs.: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da última alteração respectivamente consolidada;

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda

Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade, e a do Ministério do Trabalho não superior quarenta e oito horas úteis da data da abertura dos envelopes. (Lei 12.440/2011).

f) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

g) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

h) A Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela RFB e PGFN, bem como a Certidão referente à Contribuição Previdenciária (INSS), emitida pela RFB, expedidas anteriormente à vigência da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014, alterada Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.821, de 17/10/2014, poderão ser apresentadas para satisfazer a exigência do item 11.2.3., desde que estejam dentro do prazo de validade nelas constantes, conforme prevê a Portaria MF nº 358, de 5/9/2014 (publicada no DOU de 9/9/2014). Caso a certidão federal constar positiva com efeito de negativa, a empresa deverá comprovar que está em dia com o pagamento do parcelamento efetivado, sob pena de não aceitação da certidão que não realizar esta comprovação.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação;

Obs.: No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; O licitante apresentará, conforme o caso, autenticados, publicação do Balanço ou cópias reprográficas das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, ou no Cartório do Registro de Títulos e Documentos, todos obrigatoriamente firmados pelo Contador habilitado, com comprovação através da apresentação da Certidão de Regularidade Profissional (CRP), perante o C.R.C (Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Dirigente/Sócio, qualificados.

c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

d) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

Obs.: A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

e) As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta ou ainda, declaração assinada por profissional de contabilidade responsável, de que, mesmo com os compromissos já assumidos, possui capacidade financeira de acordo com o art. 69, § 4º da Lei 14.133/2021.

f) Garantia de proposta de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

Obs.: As empresas deverão apresentar a comprovação do recolhimento da quantia a título de garantia de proposta.

A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

obs.: A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

b) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

* Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

* Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente. No caso do Engenheiro Civil o mesmo deve ser detentor de atestado de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica – RRT, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação.

I) 01 (um) Engenheiro Civil;

II) 01 (um) Engenheiro de Segurança ou Técnico de Segurança do Trabalho;

A natureza da relação do(s) profissional(is) com a licitante deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos:

I) Carteira de Trabalho;

II) Certidão do Conselho Profissional;

III) Contrato Social; ou

IV) Contrato de prestação de serviços.

V) Termo de Compromisso assinado pelo profissional;

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

A comprovação do atestado/registro de responsabilidade técnica será feita mediante a exibição da Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho da região onde a obra ou serviço tenha sido executado.

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Para comprovação da capacidade técnica-operacional anteriormente exigida, nos moldes previstos no art. 67, §§1º e 2º da Lei nº 14.133/2021, será habilitada a empresa que comprovar as parcelas de maior relevância técnica, a seguir definidas:

DESCRIÇÃO	UND	QUANTIL. LICITADA	QUANT. ATESTADO	% SOLICITADO
Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada extra de dimensões 20x20 cm aplicadas a	m²	1259,04	629,52	50%



PREFEITURA DE

TAPEROÁ

Terra de todos

meia altura das paredes. Af_02/2023_pe				
Piso em granilite, marmorite ou granitina em ambientes internos, com espessura de 8 mm, incluso mistura em betoneira, colocação das juntas, aplicação do piso, 4 polimentos com politriz, estucamento, selador e cera. A	m ²	557,24	278,62	50%
Fabricação e instalação de pontaletes de madeira não aparelhada para telhados com até 2 águas e com telha cerâmica ou de concreto em edifício institucional térreo, incluso transporte vertical. Af_07/2019	m ²	320,10	160,05	50%
Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x14x19cm (espessura 9cm) de paredes com área líquida maior ou igual a 6m ² sem vãos e argamassa de assentamento com preparo manual.	m ²	144,52	72,26	50%
Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual	m ²	377,89	188,945	50%

Não será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica operacionais poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

No tocante ao Técnico de Segurança do Trabalho, deverá apresentar registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego.

Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

A Relação da equipe técnica discriminada na indicação do pessoal técnico relacionado no item 10.4.5 deverá ser apresentada acompanhada das respectivas anuências dos profissionais indicados, para efeitos de comprovação de capacidade operativa, em favor do cumprimento dos prazos estipulados para execução do objeto a ser contratado.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REMANESCENTES DA OBRA DE REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA. CONTRATO DE REPASSE Nº 1046646-02/2017, CONVÊNIO Nº 851444/2017 VINCULADO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, conforme especificações e quantidades discriminadas neste Termo de Referência.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante deste Termo de Referência.

O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro) meses contados da emissão da O.S (Ordem de Serviço), cumprindo o cronograma de execução.

A contratada deverá iniciar os serviços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura deste Contrato, e emissão da Ordem Serviços autorizando o Início

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

As obras de reforma do Hospital Municipal Iomar Meireles foram interrompidas, deixando a infraestrutura inacabada e inadequada para o pleno funcionamento. A paralisação dos serviços resultou em diversas áreas do hospital sem finalização, comprometendo o atendimento à população. A infraestrutura atual do hospital apresenta diversas deficiências, incluindo instalações elétricas e hidráulicas inadequadas, problemas de climatização, infiltrações e espaços físicos que não atendem às normas de acessibilidade e segurança. Estas deficiências impactam diretamente na qualidade do atendimento prestado aos pacientes.

As condições das instalações inacabadas representam riscos significativos à saúde e segurança dos pacientes e profissionais de saúde. Infiltrações, instalações elétricas precárias e falta de climatização adequada aumentam a probabilidade de acidentes e infecções hospitalares. Além disso, o crescimento populacional e a maior demanda por serviços de saúde exigem uma infraestrutura hospitalar moderna e eficiente. A capacidade atual do hospital está comprometida, não conseguindo atender adequadamente às necessidades da população.

A infraestrutura hospitalar atual não atende plenamente às normas e regulamentações vigentes do Ministério da Saúde, o que pode resultar em sanções administrativas e comprometer a qualidade do atendimento. É essencial que o hospital esteja em conformidade com os requisitos legais para garantir um atendimento seguro e eficaz. A interrupção das obras e as condições inadequadas do hospital têm um impacto negativo significativo na economia e no bem-estar social da comunidade de Taperoá. A falta de

um hospital plenamente funcional afeta a saúde pública, aumenta os custos com saúde e prejudica o desenvolvimento social e econômico da região.

A paralisação das obras, relacionadas ao Contrato de Repasse nº 1046646-02/2017 (Caixa Econômica Federal) e ao Convênio nº 851444/2017 vinculado ao Ministério da Saúde, resultou na deterioração das melhorias já realizadas. A retomada e conclusão das obras são essenciais para otimizar o uso dos recursos públicos e evitar maiores prejuízos financeiros. As deficiências atuais comprometem a qualidade do atendimento à saúde, a segurança dos pacientes e profissionais, além de impactar negativamente a economia e o bem-estar social da comunidade de Taperoá/BA.

Necessidade da Contratação:

A contratação de uma empresa de engenharia para a execução dos serviços remanescentes da obra de reforma do Hospital Municipal Iomar Meireles é essencial para resolver os problemas identificados e atender às necessidades de saúde da população de Taperoá/BA. A seguir, apresentamos os motivos que justificam a necessidade dessa contratação:

Continuidade e Conclusão das Obras de Reforma: A interrupção das obras de reforma do hospital comprometeu a funcionalidade da infraestrutura, deixando áreas essenciais inacabadas e inadequadas para o atendimento de pacientes. A conclusão das obras, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 1046646-02/2017 (Caixa Econômica Federal) e ao Convênio nº 851444/2017, é fundamental para garantir que o hospital possa operar de forma plena e eficiente, proporcionando um ambiente seguro e adequado tanto para os pacientes quanto para os profissionais de saúde.

Melhoria da Infraestrutura Hospitalar: A reforma do Hospital Municipal Iomar Meireles inclui a modernização das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de climatização, além da adequação dos espaços físicos às normas de acessibilidade e segurança. Estas melhorias são cruciais para assegurar que o hospital ofereça um ambiente higiênico, confortável e seguro para todos os usuários.

Conformidade com Normas e Regulamentações de Saúde: É imperativo que o hospital atenda às normas e regulamentações vigentes do Ministério da Saúde. A infraestrutura atual não está em conformidade total com esses requisitos, o que pode resultar em sanções administrativas e comprometer a qualidade do atendimento. A conclusão das obras garantirá que o hospital esteja em conformidade com os padrões exigidos, proporcionando um atendimento seguro e eficaz.

Capacidade de Atendimento Ampliada: O crescimento populacional e a crescente demanda por serviços de saúde na região exigem uma infraestrutura hospitalar adequada e moderna. A conclusão da reforma permitirá que o hospital amplie sua capacidade de atendimento, reduzindo o tempo de espera e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população de Taperoá/BA.

Segurança e Bem-Estar dos Pacientes e Profissionais: As condições das instalações inacabadas representam riscos significativos à saúde e segurança dos pacientes e profissionais de saúde. Problemas como infiltrações, instalações elétricas inadequadas e falta de climatização adequada aumentam a probabilidade de acidentes e infecções hospitalares. A conclusão das obras é necessária para eliminar esses riscos e garantir um ambiente seguro e saudável para todos.

Impacto Econômico e Social Positivo: A conclusão das obras de reforma terá um impacto positivo significativo na economia e no bem-estar social da comunidade de Taperoá. Um hospital plenamente funcional melhora a saúde pública, reduz os custos com saúde a longo prazo e promove o desenvolvimento social e econômico da região.

Otimização do Uso de Recursos Públicos: A paralisação das obras resultou no desperdício dos recursos já investidos e na deterioração das melhorias realizadas. A contratação para a conclusão das obras é essencial para otimizar o uso dos recursos públicos, garantindo que os investimentos feitos até agora resultem em uma infraestrutura hospitalar funcional e eficiente.

Conclusão:

A necessidade de contratar uma empresa de engenharia para a execução dos serviços remanescentes da obra de reforma do Hospital Municipal Iomar Meireles, vinculada ao Contrato de Repasse nº 1046646-02/2017 (Caixa Econômica Federal) e ao Convênio nº 851444/2017 vinculado ao Ministério da Saúde, é clara e urgente. A conclusão das obras é crucial para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população, assegurar a segurança e o bem-estar dos pacientes e profissionais, cumprir com as normas e regulamentações de saúde, e otimizar o uso dos recursos públicos. Esta contratação é fundamental para atender às necessidades de saúde da comunidade de Taperoá/BA e promover o desenvolvimento social e econômico da região.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

Os serviços serão realizados nas seguintes localidades:

Hospital Iomar Meireles, localizado na sede do município de Taperoá/BA

Os serviços serão realizados da seguinte forma:

Demolição e Remoção:

Demolição de Revestimentos e Pisos: Remoção de revestimentos cerâmicos, pisos, forros, portas e louças de forma manual, sem reaproveitamento.

Transporte de Entulho: Carga, manobra e transporte de entulho em caminhão basculante para destino adequado.

Estrutura e Platibanda:

Fôrmas e Armação: Montagem e desmontagem de fôrmas, armação de estruturas de concreto armado e cintas de amarração.

Concreto: Aplicação de concreto FCK=25MPA virado em betoneira, com lançamento manual.

Alvenaria e Revestimentos:

Alvenaria de Vedação: Execução de alvenaria de blocos cerâmicos furados, chapisco, massa única e aplicação de pintura acrílica texturizada.

Revestimentos Cerâmicos: Assentamento de revestimentos cerâmicos em paredes internas e pisos.

Cobertura:

Telhados: Retirada e recolocação de telhas cerâmicas capa-canal, caibros, ripas e tesouras de madeira, além da instalação de novas estruturas de madeira para o telhado.

Calhas e Rufos: Instalação de calhas e rufos em chapa de aço galvanizado para a drenagem adequada das águas pluviais.

Esquadrias e Pintura:

Instalação de Portas: Fornecimento e instalação de kits de portas de madeira com batentes e fechaduras.

Pintura: Aplicação de massa látex, pintura com tinta látex acrílica e esmalte acetinado em madeiras e paredes.

Instalações Elétricas:

Pontos de Luz e Tomadas: Instalação de pontos de luz e tomadas, revisão de pontos de força, instalação de lâmpadas LED e quadros de distribuição de energia.

Cabos e Eletrodutos: Instalação de cabos de cobre flexível e eletrodutos para garantir a segurança e a eficiência das instalações elétricas.

Instalações Hidrossanitárias:

Instalações Hidráulicas: Instalação de tubos e registros de PVC para água fria, lavatórios, vasos sanitários e pias de cozinha.

Esgoto: Instalação de tubos de esgoto PVC, caixas hidráulicas retangulares e conexões para a rede de esgoto predial.

Serviços Finais e Complementares:

Letreiros e Limpeza: Instalação de letras em aço escovado para identificação do hospital e realização de limpeza geral do canteiro de obras após a conclusão dos serviços.

Os serviços deverão ser executados, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), especificações, projetos e instruções da fiscalização da Prefeitura Municipal de Taperoá - BA.

A contratada deve apresentar qualificações técnicas conforme quantitativos previstos nos projetos para execução de serviços de engenharia.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto:

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato:

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Recebimento:

Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 20 (vinte) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela prestação de serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2001).

Liquidação:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O prazo de validade;

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação; b) identificar possível razão que impeça a contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento:

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.

O sistema de licitações que será utilizado é o Licitanet.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor total estimado da contratação é de R\$ 466.443,30 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta centavos), conforme peças em anexo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. TOTAL (R\$)
01	Execução de serviços remanescentes da obra de reforma do Hospital Municipal Iomar Meireles na sede do município de Taperoá/BA. Contrato de repasse nº 1046646-02/2017, Convênio nº 851444/2017 vinculado ao Ministério da Saúde em atendimento a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.	meses	04	466.443,30

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

A composição de Preço foi realizada pela Área de Engenharia Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, por meio dos sistemas: SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e o ORSE (Orçamento de Referência de Obras Públicas), são referências importantes para a cotação de preços de insumos em obras. Ambos têm como objetivo principal a padronização e a uniformização dos preços de insumos e serviços na construção civil, visando garantir transparência e equilíbrio nos processos licitatórios e na contratação de obras públicas.

Data Base: SINAPI 03/2024; ORSE 03/2024 – Desonerado;

O SINAPI é um sistema mantido pela Caixa Econômica Federal e pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, que realiza pesquisas periódicas de preços de materiais e serviços utilizados na construção civil. Os valores são coletados em diversas regiões do país e atualizados mensalmente, garantindo assim um índice confiável e atualizado para a cotação de preços. Já o ORSE é um sistema utilizado para a elaboração de orçamentos de obras públicas, sendo mantido pelo Governo Federal. Ele apresenta uma relação de preços unitários para insumos e serviços de construção, estabelecendo valores de referência para a realização de obras públicas em todo o país. O objetivo é evitar a superestimação de valores nos orçamentos e, consequentemente, garantir uma utilização mais eficiente dos recursos públicos.

Dessa forma, a utilização do SINAPI e do ORSE como referências para a cotação de preços de insumos em obras é importante para garantir a transparência e a lisura nos processos licitatórios e contratações de obras públicas, além de garantir um padrão de preços justo e confiável para a realização de obras e serviços em todo o país.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Taperoá.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: Órgão: 02.07.01 – Projeto/Atividade: 1010 – Elemento de Despesa: 4490.51.00 – Fonte de Recurso: 700.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Senhor Valmir Luz Sacramento – Secretário Municipal de Obras e Urbanismo.

Taperoá – BA, 22 de novembro de 2024.

Valmir Luz Sacramento
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

ANEXO III

(**MODELO**) DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao

Município de Taperoá - BA

Referência: Edital da Concorrência nº 004/2024

A Empresa, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com endereço na Rua, telefone:, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)., inscrito(a) no CPF/MF nº e RG nº – SSP/....., **DECLARA** expressamente:

a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88;

e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

Local e data.

(Nome - Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal

ANEXO IV

(**MODELO**) PROPOSTA DE PREÇOS

(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao

Município de Taperoá - BA

Referência: Edital da Concorrência nº 004/2024

Razão Social:

Endereço completo:

CNPJ/MF nº

e-mail:

Telefone:

Banco:

Agência nº

Conta bancária nº

Apresentamos nossa proposta de preços para o(s) item (s) abaixo detalhado(s):

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (SEM BDI) (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNIT. (COM BDI) (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
...									

Obs.: além da presente carta proposta e planilha orçamentaria, a licitante deverá apresentar composição de custo (próprio); cronograma fisco-financeiro; BDI (detalhado) e encargos sociais.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e data.

(Nome - Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2024

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL,
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAPEROÁ E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE TAPEROÁ - BAHIA, situada na Praça da Bandeira, 138 – Centro – Taperoá - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.850.342/0001-42, aqui representada pela Chefe do Poder Executivo, a Sra. **Christianne Mary Pereira Guimarães**, brasileira, casada, portadora do RG nº 222991143 e CPF/MF nº 439.376.325-49, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado simplesmente aqui nomeado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com endereço na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0000-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (**qualificar**), portador(a) da Carteira de Identidade nº 00.000.000-00 – SSP/XX e do CPF/MF nº 000.000.000-00, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0220/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônico nº 004/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II):

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia de XXXXXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do presente contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V):

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 00.000,00 (por extenso).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V):

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais (elaboradas com base no SINAPI).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice nacional de custo da construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "*as built*", elaborado pelo responsável por sua execução;

b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.3. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

9.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- 9.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.6. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.7. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.8. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.9. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.17. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.18. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.19. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.20. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.21. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.23. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.24. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.25. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.26. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.27. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.28. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.29. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII):

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade (indicar), em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11.2. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.3. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.4. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.5. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

(1) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.4. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.7. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Órgão: 02.07.01 – Projeto/Atividade: 1010 – Elemento de Despesa: 4490.51.00 – Fonte de Recurso: 700.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º):

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Taperoá – Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Taperoá – Bahia, XX de xxxxxxxxxxxx de 2024.

MUNICÍPIO DE TAPEROÁ
Christianne Mary Pereira Guimarães
Prefeita Municipal
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF/MF nº 000.000.000-00
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____



PREFEITURA DE
TAPEROÁ
Terra de todos

Nome:
CPF/MF nº

2) _____

Nome:
CPF/MF nº

ADENDO

PROJETOS (BÁSICO E EXECUTIVO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

MEMORIAL DESCRITIVO

REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES

As Especificações técnicas a seguir têm o objetivo de nortear a execução dos serviços previstos no projeto de reforma do Hospital Municipal Iomar Meireles, a ser realizado no município de Taperoá – Bahia.

SERVIÇOS PRELIMINARES

Placa de Obra

A placa indicativa da obra deverá ser executada respeitando rigorosamente às referências cromáticas, as dimensões e os tipos de letras e logotipos do modelo apresentado pelo Ministério da Cidadania.

A placa deverá ser em chapa galvanizada NR.18, nas dimensões 1,50 x 2,40 m e pintada com tinta a óleo ou esmalte sintético, armada com sarrafos de madeira de 5cm x 2,5 cm e pontaletes de 3" x 3".

Demolição e Retiradas

Antes de iniciar os serviços, desligar as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos, liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgotos internos.

Serão demolidas as paredes de alvenaria de tijolo cerâmico conforme especificado no projeto arquitetônico. A alvenaria será demolida utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados. O material deverá ser transportado para local conveniente e posteriormente retirado da obra como entulho pela empreiteira.

Deverão ser demolidos os pisos cerâmicos, dos locais indicados em projeto e as telhas cerâmicas dos locais onde serão substituídas. Serão retiradas as portas e janelas conforme os locais indicados no projeto.

Transporte comercial

Consiste em transporte de entulho com caminhão basculante 6m³ até bota fora especificado pelo fiscal de obra sendo que distância para descarte dos materiais demolidos é menor que 1km.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

SUPERESTRUTURA

Pilares e Vigas

As estruturas de concreto armado constituídas de pilares e vigas deverão ser executadas em rigorosa observância ao projeto arquitetônico e estrutural, além de seguir às Normas Técnicas brasileiras.

O concreto deverá ser dosado de modo a assegurar, após a cura, resistências compatíveis com as estruturas previstas no projeto.

Formas para concretagem

Serão feitas em chapas de compensado resinado, de primeiro uso, na espessura mínima de 12 mm. São aceitas formas em tábuas de pinho de primeira qualidade, isenta de nós, trincas ou defeitos, desde que acordado com a fiscalização. A fixação dos elementos será com pregos em ripas de tábua de pinho de primeira qualidade. Para facilitar a desforma, preferencialmente os pregos a serem utilizados terão duas cabeças. Quando o concreto for à vista, as formas serão em chapas de compensado naval, primeiro uso, na espessura de 17 mm.

Em peças altas e estreitas, deverão ser deixadas janelas de inspeção e limpeza na parte inferior das peças. Imediatamente antes das concretagens as formas deverão ser molhadas até a saturação, a fim de se evitar a absorção de água de amassamento do concreto por parte dos painéis.

Concreto

A fundação e a estrutura serão executadas com concreto de 20 Mpa, o qual deverá ser lançado nas fôrmas quando estas estiverem travadas e aprumadas, tomando-se o cuidado de não lançar acima de 2 m provocando segregação do concreto, prejudicando a resistência e consequente durabilidade.

Armação de estruturas

Será em aço CA-50 e/ou CA-60, obedecendo às especificações de projeto posterior. Substituição de bitolas somente poderão ser feitas com a expressa autorização do responsável técnico pelo projeto por escrito. As barras ou peças ao serem utilizadas deverão estar isentas de manchas de óleos, argamassas aderidas ou quaisquer outras substâncias que possam prejudicar a aderência do concreto. Deverão ser utilizados espaçadores para permitir o cobrimento especificado.

Laje pré-moldada

Os ambientes a serem construídos terão Laje pré-moldada treliçada para cobertura inter-eixo 38 cm, altura 12 cm enchimento e EPS, com escoramento em madeira e capeamento em concreto com altura de 4cm.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

ALVENARIA E VEDAÇÕES

Paredes

As especificações das paredes a serem construídas, estão indicadas no Projeto.

Bloco cerâmico

As paredes a serem construídas serão em alvenaria de tijolo cerâmico furado nas dimensões: 9x19x19cm (espessura 9 cm), assentado em argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia), juntas 12mm, conforme especificado em projeto arquitetônico.

Os vãos das janelas receberão vergas em concreto pre-moldado FCK=20MPA.

Chapisco

Toda a alvenaria das paredes a serem construídas e revestidas será chapiscada depois de convenientemente limpa e umedecida. O chapisco será executado com argamassa de cimento e areia no traço de 1:3.

Massa única

A massa única será executada nas alvenarias que receberão pintura. Terá traço 1:2:8 (Cimento, cal e areia média) e terá espessura de 20 mm

PAVIMENTAÇÃO E PISOS

PISO

Os ambientes onde serão executados os serviços de revestimento de piso, citados a seguir, estão indicados e especificados em Planta Construtiva e em Planta de Reforma.

Regularização de superfície de concreto aparente

As áreas que tiverem o seu piso demolido, será feita uma regularização do mesmo, para que seja possível o assentamento de uma camada de piso. A regularização deverá ser feita com traço composto por cimento e grante cimentício.

Piso cerâmico

Utilizado em alguns ambientes, especificados em projeto: banheiros, DML e sala de utilidades, o piso cerâmico será do tipo PEI 5 (alta resistência), tendo dimensões de 35x35cm. Os materiais cerâmicos não podem possuir índice de absorção de água superior a 4% individualmente ou depois de instalados no ambiente, além do que, o rejunte de suas peças, também deve ser de material com esse mesmo índice de absorção. Assim, para o assentamento deverá ser usada argamassa impermeável. Na aplicação, utilizar espaçadores entre peças para manter seus alinhamentos. Rejuntar após 72 horas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

COBERTURA

Calhas

Ao redor do telhado da área já existente do hospital deverá ser instalada calha de beiral, semicircular de pvc, diâmetro 125 mm. Nas áreas ampliadas serão instaladas calhas em chapa galvanizada N24, corte 0,50m e rufo em chapa galvanizada N24 – corte 0,25m para acabamento dos locais que se faça necessário.

Deverão ser colocados condutores de PVC rígido com diâmetro de 150 mm para a descida das águas pluviais, inclusive conexões e braçadeiras. A pintura nas calhas, rufos e condutores será executada com esmalte a base de água. Todos os rufos ou calhas deverão cumprir a sua função de evitar a entrada de água ou umidade nas paredes e recintos.

A chapa deve ter espessura uniforme, galvanização perfeita, isenta de nódulos e pontos de ferrugem, sem apresentar fissuras nas bordas. Os pregos deverão ser de aço inox, rebites de alumínio, parafusos galvanizados e buchas plásticas. A solda será de liga de chumbo e estanho, na proporção de 50:50 com vedação complementar de silicone. As calhas devem observar caimento mínimo de 0,5%. Todas as calhas deverão ser testadas mediante teste de estanqueidade. A prova d'água deverá ser repetida quantas vezes se fizerem necessárias até a aceitação final por parte da fiscalização.

Os condutores das calhas deverão ser dispostos em mesmo número e quantidade dos condutores existentes sendo que nunca a distância um do outro deva ser inferior a 10m.

Tubo PVC, série r, água pluvial, DN 100 mm-tubo de queda

A tubulação da rede será em PVC de 100mm escoará, por gravidade, todo o volume de água pluvial captada e acumulada nas calhas da cobertura da edificação.

As descidas da rede de captação serão lançadas diretamente nas caixas de areia (dimensões de 40x40x40 cm), situadas na área externa da edificação, que serão interligadas entre si por meio dos dutos de PVC, envelopados com concreto simples na profundidade de 0,50m e envolvidos com areia grossa antes do reaterro das valas, sendo que as águas captadas terão por destino final as sarjetas das vias públicas e (ou) o próprio terreno da obra, que contenha área verde.

REVESTIMENTOS

Revestimento Cerâmico

Utilizado nos ambientes de áreas molhadas: banheiros, DML, sala de utilidades e cozinha, o revestimento cerâmico será do tipo PEI 5 (alta resistência), tendo dimensões de 35x45cm. Os materiais cerâmicos não podem possuir índice de absorção de água superior a 4% individualmente ou depois de instalados no ambiente, além do que, o rejunte de suas peças, também deve ser de material com esse mesmo índice de absorção.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

Assim, para o assentamento deverá ser usada argamassa impermeável. Na aplicação, utilizar espaçadores entre peças para manter seus alinhamentos. Rejuntar após 72 horas.

Nos locais onde já existirem revestimento cerâmico e este estiver adequado quanto ao ambiente e estado, deverão ser realizados os reparos adequados e o revestimento deverá ser limpo com solvente e estopa.

Pintura paredes internas

As paredes das áreas ampliadas, especificadas em projetos, serão seladas e receberão emassamento com duas demãos para que fiquem lisas e homogêneas prontas para a pintura. Nas paredes já existentes a pintura antiga deve ser retirada e a parede preparada para receber a nova pintura.

A pintura das paredes internas será feita com tinta acrílica de alta resistência, de marca conceituada. Todas as superfícies, antes do início da pintura, deverão estar niveladas, lixadas, limpas e enxutas, devidamente preparadas com selador e massa.

Cada demão, a partir da segunda, só poderá ser aplicada quando a anterior estiver totalmente seca, sendo que o intervalo aproximado entre duas demãos é de 24 horas. Serão adotadas as precauções necessárias a fim de evitar respingos de tinta em partes destinadas como vidros, ferragens, pisos, etc. Os trabalhos de pintura serão executados em obediência às instruções do fabricante e as cores serão escolhidas pelo (a) proprietário (a).

O processo para a pintura das paredes existentes, onde a pintura antiga será retirada, constará basicamente das seguintes etapas:

- Lixar a superfície a ser pintada e passar o pano úmido para retirar o excesso de poeira e gorduras deixadas na hora do lixamento.

- Aplicar com um rolo de lã de carneiro uma demão do Selador Acrílico Pigmentado, esperar a secagem conforme indicado pelo o fabricante. Caso seja necessário, aplicar uma segunda demão para que obtenha uma uniformidade melhor.

- Impermeabilizar a superfície com argamassa de cimento e areia (média), traço 1:3, com aditivo impermeabilizante, espessura igual a 2 cm.

- Para corrigir imperfeições, realizar o emassamento em camadas finas de massa corrida com a desempenadeira. Após secar, lixar e eliminar a poeira com pano até deixar a superfície lisa e nivelada.

- Por fim, aplica-se com um rolo de lã de carneiro a tinta acrílica de alta resistência na cor de preferência, respeitando o tempo de intervalo entre demãos de cada fabricante especificado no produto.

Pintura paredes externas:

As paredes externas das áreas ampliadas, especificadas em projetos, serão seladas e receberão emassamento com duas demãos para que fiquem lisas e homogêneas prontas para a pintura. Nas paredes já existentes a pintura antiga deve ser retirada e a parede preparada para receber a nova pintura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

A pintura das paredes externas será feita com tinta plástica acrílica, de marca conceituada. Todas as superfícies, antes do início da pintura, deverão estar limpas e enxutas e serão lixadas.

Em tempo de chuva os trabalhos de pintura externa serão suspensos. Serão adotadas as precauções necessárias a fim de evitar respingos de tinta em partes destinadas como vidros, ferragens, pisos, etc. Os trabalhos de pintura serão executados em obediência às instruções do fabricante e as cores serão escolhidas pelo (a) proprietário (a).

O processo para a pintura das paredes já existentes, onde a pintura antiga será retirada, constará das seguintes etapas:

→ Lixar a superfície a ser pintada e passar o pano úmido para retirar o excesso de poeira e gorduras deixadas na hora do lixamento.

→ Aplicar com um rolo de lã de carneiro uma demão do Selador Acrílico Pigmentado, esperar a secagem conforme indicado pelo o fabricante. Caso seja necessário, aplicar uma segunda demão para que obtenha uma uniformidade melhor.

→ Para corrigir imperfeições, realizar o emassamento em camadas finas de massa corrida com a desempenadeira. Após secar, lixar e eliminar a poeira com pano até deixar a superfície lisa e nivelada.

→ Por fim, aplica-se com um rolo de lã de carneiro a tinta acrílica de alta resistência na cor de preferência, respeitando o tempo de intervalo entre demãos de cada fabricante especificado no produto.

ESQUADRIAS

Portas de Madeira

As portas indicadas no projeto arquitetônico, com dimensões e localizações especificadas no projeto, serão executadas em madeira compensada de 35mm. As folhas de madeira deverão estar isentas de empenamentos, defeitos de superfície, diferença de espessura, patologias na madeira, manchas e demais imperfeições. Após seu assentamento, a mesma deverá ser pintada com pintura esmalte acetinado com no mínimo 2 demãos.

Nos locais indicados no projeto será instalada Porta de Madeira - 0,80x210, com veneziana, incluso dobradiças e guarnições.

Batentes e guarnições de madeira

Os forramentos, alizares e batedores não poderão ter emendas no vão (horizontal e vertical) da esquadria. Todas as peças das esquadrias se madeira serão imunizadas com cupinícida (REF.: penetrol cupim ou equivalente). Aplicação: Mínimo uma demão todas as portas de madeira.

Fechaduras para porta de madeira

Fechadura

Deverá ter acabamento cromado brilhante, maçaneta/espelho acabamento cromado, ou acabamento espelho inox ou equivalentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

Maçanetas

As maçanetas das portas serão localizadas a 1,00 m do piso acabado.

Dobradiças

Todas as dobradiças deverão ser de primeira qualidade e resistentes à oxidação.

Dobradiça de latão ou aço, acabamento cromado brilhante, tipo média 3 1/2" x 3 1/2", com anéis e parafusos média, com pino e bolas.

As dobradiças deverão ser reforçadas e com abertura igual a 180°; ou equivalentes.

Portas e janelas de alumínio

Indicadas nos detalhes de esquadrias, as janelas serão em alumínio anodizado natural e as portas de alumínio anodizado na cor natural, com locais, características, dimensões, revestimentos indicados em projeto e no quadro de esquadrias (janelas e portas). Normas: EB-1968/89 - Caixilho para edificação - janela (NBR-10821), MB-1226/89.

Janelas, fachadas-cortina e portas externas em edificação - penetração de água (NBR6486), MB-1227/89 - Janelas e portas externas em edificação - resistência à carga de vento (NBR-6497).

O alumínio puro será do tipo H - metalúrgico - e obedecerá ao disposto na P-NB167/ABNT e na DIN-1712

A terminologia será regida pela TB-57/ABNT. Os alumínios deverão ser anodizados, na cor Branca, de acordo com as normas da ABNT / NBR 12609 e NBR 9243 e a anodização será classe A18 (processo de oxidação anódico para proporcionar recobrimento de óxido pigmentado com espessura mínima de 18 micras), isento de defeitos. No caso de cortes após a anodização dos perfis, as superfícies sem anodização não poderão estar visíveis.

As ligas de alumínio - considerados os requisitos de aspecto decorativo, inércia química ou resistência à corrosão e resistência mecânica - serão selecionadas em total conformidade com os especificados nos projetos de arquitetura.

O acabamento das superfícies dos perfis de alumínio será caracterizado pelas definições dos projetos arquitetônicos e que sejam fabricadas com ligas de alumínio que apresentem bom aspecto decorativo, inércia química e resistência mecânica.

A execução será esmerada, evitando-se por todas as fôrmas e meios, emendas nas peças e nos encontros dos montantes verticais e horizontais.

Terá vedação perfeita contraventos e chuvas sendo que se apresentarem qualquer vazamento será imediatamente corrigido.

Os materiais a serem empregados deverão ser de boa qualidade, novos, limpos, perfeitamente desempenados e sem nenhum defeito de fabricação ou falhas de laminação com acabamento superficial uniforme, isento de riscos, manchas, faixas, atritos e/ou outros defeitos.

Os quadros serão perfeitamente esquadriados, tendo os ângulos soldados bem esmerilhados ou limados, permanecendo sem rebarbas ou saliências de soldas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

As esquadrias não serão jamais forçadas nos rasgos porventura fora de esquadro, ou de escassas dimensões. Haverá especial cuidado para que as armações não sofram distorções quando aparafusadas aos chumbadores.

As barras e os perfis serão extrudados necessariamente na liga ABNT 6063-T5 e as roldanas, fechos, recolhedores, escovas de vedação, guarnições de EPDM, comandos, alças e demais acessórios deverão ser de primeira qualidade proporcionando funcionamento preciso, suave e silencioso ao conjunto por longo tempo.

Para execução das esquadrias, deverão ser feitos preliminarmente os levantamentos e medições no local para conferi-las nos projetos, posteriormente, assentar as esquadrias nos vãos e locais indicados, observando prumo e nível das mesmas, bem como pelo seu perfeito funcionamento.

Todas as esquadrias fornecidas à obra deverão ter embalagem de proteção em papel crepe, serão transportadas e estocadas com sarrafos de madeira entre as peças e manuseadas com o maior cuidado, uma vez que não serão aceitas esquadrias com arranhões, vestígios de pancadas ou pressões etc.

A retirada da embalagem de proteção só será efetuada no momento da colocação da esquadria.

Todas as esquadrias de alumínio (utilizadas nas divisórias dos sanitários) deverão possuir trincos para fechamento interno. Os guichês de alumínio terão trinco borboleta niquelado cromado.

As janelas projetantes terão fecho haste de comando projetante – HAS em alumínio comprimento 40cm. As portas de alumínio terão o seguinte conjunto de fechadura tipo alavanca, em aço esp.=1,25, cromada, cilindro C400, chave tipo 2F.

Os vidros utilizados nas esquadrias deverão obedecer a NBR 11706 e NBR 7199.

Vidros

Os vidros utilizados nas esquadrias dos banheiros serão Vidro miniboreal incolor ou fantasia r, espessura 6mm- fornecimento e instalação.

Os utilizados nas demais janelas serão Vidro liso comum incolor, espessura 6mm- fornecimento e instalação.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações de iluminação e tomadas deverão obedecer, além das boas práticas em eletricidade, as recomendações existentes na NBR-5410, em sua última versão e os padrões estabelecidos pela RDC 50/2002.

Toda a distribuição de iluminação compartilha a mesma infraestrutura de tubulação com as tomadas, havendo separação apenas nos eletrodutos que alimentam os pontos de consumo. Este material se encontrará quantificado nas planilhas que serão fornecidas por projetos complementares e esta observação deverá ser levada em consideração para que não ocorra duplicidade de cotação dos materiais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

Os circuitos de iluminação são sempre independentes dos circuitos de tomadas. Todas as tomadas e plugues de tomadas instaladas na edificação Seguirão o novo padrão brasileiro de tomadas estabelecido pela NBR-14.136. As instalações serão prioritariamente embutidas, quer sejam em parede ou em forro no teto, conforme detalhes que serão apresentados em projeto complementar. Toda tomada designada para trabalhar em 220V deverá receber marcação indelével de sua tensão no espelho da própria tomada. A iluminação deverá seguir as especificações apresentadas em projeto e todos os cômodos de trabalho serão calculados para que sua iluminância média obedeça ao recomendado pela NBR-5413.

Todos os eletrodutos aparentes, instalados em entreforro ou não, deverão ser de aço galvanizado. No caso de eletrodutos aparentes que não sejam providos da proteção do forro deverão ser do tipo galvanizado a fogo. Demais eletrodutos poderão ser do tipo galvanizado eletroliticamente. Os eletrodutos embutidos em pisos e/ou paredes poderão ser de PVC flexível, não sendo permitida a utilização de “mangueiras”, e sim de produtos identificados como eletrodutos não propagantes de fogo.

Os quadros elétricos de iluminação em tomadas (QDCs – Quadros de Distribuição de Circuitos) deverão possuir barras separadas de terra e neutro (tantas barras de neutro quanto o número de interruptores diferenciais-residuais instalados no interior dos quadros), dispositivos protetores contra surtos (DPS) e demais componentes especificados e dimensionados em projeto.

Segundo a RDC 50 /2002 todas as instalações elétricas devem possuir um sistema de aterramento que leve em consideração a equipotencialidade das massas metálicas expostas em uma instalação. Todos os sistemas devem atender a normas da ABNT NBR 13.534 e NBR 5410 e NBR 5419, no que diz respeito ao sistema de aterramento. Nenhuma tubulação destinada a instalações pode ser usada para fins de aterramento.

Deverão ser previstos tomadas de emergência na sala de recuperação pós-anestésica junto aos leitos e está pertencerão à classe 15, ou seja, equipamentos integrados ao suprimento de gases devem ter sua alimentação chaveada automaticamente para a fonte de emergência em no máximo 15 s, quando a rede elétrica acusar queda superior a 10% do valor nominal por um período superior a 3s devendo garantir o suprimento por 24 horas.

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

O objetivo deste projeto é dimensionar e especificar os componentes para instalações hidrossanitárias da edificação. Neste memorial descritivo serão apresentadas informações complementares ao projeto hidrossanitário.

Para os novos ambientes a serem construídos, estão previstas novas instalações hidrossanitárias especificadas conforme projetos complementares que serão elaborados.

Normas Aplicadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

O projeto das instalações hidrossanitárias será elaborado conforme recomendações das normas técnicas vigentes relacionadas abaixo:

- NBR – 5626 – Instalação predial de água fria;
- NBR – 8160 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – projeto e execução;
- NBR – 10844 – Projeto de águas pluviais.

INSTALAÇÃO DE ÁGUA FRIA

As instalações dos pontos de água fria devem ser realizadas de acordo com as especificações e solicitações em projeto. As tubulações de água fria deverão ser testadas, previamente após a conclusão da obra, de forma a garantir o bom desempenho das instalações. As tubulações deverão, em sua maioria, ser embutidas na alvenaria de pisos e paredes e ser do tipo PVC rígido soldável branco.

O dimensionamento das tubulações será realizado, garantindo as pressões recomendadas pela NBR 5626 em qualquer ponto da rede, sendo elas:

- Pressão estática máxima: 40 m.c.a;
- Pressão dinâmica mínima: 1,5 m.c.a para válvulas de descargas e demais pontos de utilização 1 m.c.a.

Os reservatórios deverão ser duplos para permitir o uso de um enquanto o outro estiver interditado para reparos ou limpeza. Serão obtidos reservatórios prontos e fabricados de Polietileno de média densidade (PEMD), estes deverão ser suspensos a uma distância mínima de 1 metro da laje através de base de alvenaria, com o objetivo de garantir a pressão adequada nos pontos de utilização (torneiras, mictórios, vasos sanitários, etc.).

Os registros aplicados no projeto deverão ser tipo gaveta de metal, utilizado para bloqueio do fluxo da água para manutenções nas instalações. Recomendamos que seja realizado no mínimo 01 vez ao ano a higienização dos reservatórios para garantir a portabilidade da água da instalação.

INSTALAÇÃO DE ESGOTO SANITÁRIO

As instalações, compostas por ramais de descarga, ramais de esgoto, deverão ser embutidas em alvenaria nos pisos e paredes, respeitando na execução da obra as inclinações mínimas descritas no projeto complementar, de forma a oferecer rápido escoamento do esgoto. Estas deverão ser testadas, previamente à conclusão de todas as instalações hidrossanitárias, de forma a garantir o bom desempenho das instalações.

As tubulações de esgotos deverão ser do tipo PVC rígido soldável marrom. Nas extremidades das tubulações de ventilação deverão ser instalados terminais de ventilação. Nos locais de instalação de vasos sanitários deverão ser instalados adaptadores para saída, adequados o acoplamento do mesmo.

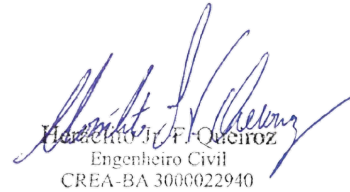
Todas as áreas de uso específico deverão ser dotadas de caixas de separação e interceptação de materiais que prejudiquem os elementos de condução dos rejeitos, ou que exijam tratamento prévio para o lançamento na rede pública. Deverão ser adotadas estas providências para os efluentes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

SERVIÇOS FINAIS

Limpeza Finais

Após o término da obra, esta deverá ser entregue, inteiramente limpa, interna e externamente, de maneira que se apresente apta para funcionamento e circulação de pessoas.



Manoel J. F. Queiroz
Engenheiro Civil
CREA-BA 3000022940



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1046646-02/2017	Nº TransfereGOV 851444/2017	PROponente / TOMADOR MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES			
LOCALIDADE SINAPI (ND: Referência 03-2024.xlsm)	DATA BASE (03-24 (DES.))	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF 0 TAPEROÁ / BA	BDI 1 26,37%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
0			REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES						466.443,30
1.			DEMOLIÇÃO					-	466.443,30
1.1.			DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M2	1.000,00	22,63	BDI 1	28,60	40.019,42
1.1.0.1.	SINAPI	97633	DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO	M2	526,56	13,77	BDI 1	17,40	28.597,54
1.1.0.2.	ORSE	18	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	UND	19,00	12,53	BDI 1	15,83	9.162,75
1.1.0.3.	SINAPI	97663	REMOÇÃO DE TRAMA METÁLICA OU DE MADEIRA PARA FORRO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	63,99	2,93	BDI 1	3,70	300,85
1.1.0.4.	SINAPI	97642	Demolição de forros	M2	63,99	7,87	BDI 1	9,95	236,93
1.1.0.5.	ORSE	12	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M2	11,43	9,48	BDI 1	11,98	636,41
1.1.0.6.	SINAPI	97644	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3).	M3	61,29	9,17	BDI 1	11,59	136,93
1.1.0.7.	SINAPI	100981	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM).	M3XKM	61,29	3,07	BDI 1	3,88	710,23
1.1.0.8.	SINAPI	97913	PLATIBANDA/COBERTURA					-	237,78
1.2.			PLATIBANDA					-	143.997,40
1.2.1.			MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MAIOR QUE 0,25 M². PE-DIREITO SIMPLÉS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES.	M2	46,02	61,30	BDI 1	77,46	81.266,14
1.2.1.1.	SINAPI	92427	CONCRETO FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, INCLUSO LANÇAMENTO	M3	2,31	919,75	BDI 1	1.162,29	3.564,93
1.2.1.2.	SINAPI	92718	ARMAÇÃO DE FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES E LAJES (DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBREDO), UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM	KG	26,55	16,25	BDI 1	20,54	2.684,88
1.2.1.3.	SINAPI	92915	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM.	KG	183,78	11,45	BDI 1	14,47	545,21
1.2.1.4.	SINAPI	92919	CINTA DE AMARRAÇÃO DE ALVENARIA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO.	M	145,39	65,45	BDI 1	82,71	2.659,18
1.2.1.5.	SINAPI	93204	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL.	M2	144,52	116,91	BDI 1	147,74	12.025,09
1.2.1.6.	SINAPI	87508							21.351,26



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1046646-02/2017	Nº TransfereGOV 851444/2017	PROponente / TOMADOR MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES			
LOCALIDADE SINAPI (ND: Referência 03-2024.xlsm)	DATA BASE 03-24 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF 0 TAPEROÁ / BA	BDI 1 26,37%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
0									466.443,30
1.2.1.7.	SINAPI	87888	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO MANUAL.	M2	377,89	8,60	BDI 1	10,87	4.106,84
1.2.1.8.	SINAPI	87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL	M2	377,89	41,69	BDI 1	52,68	19.908,63
1.2.1.9.	SINAPI	96135	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	M2	189,00	28,97	BDI 1	36,61	6.919,17
1.2.1.10.	SINAPI	88431	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS CORES.	M2	236,20	25,13	BDI 1	31,76	7.500,95
1.2.2.			COBERTURA					-	62.731,26
1.2.2.1.	SINAPI	100330	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, COM ATÉ DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M2	311,04	17,00	BDI 1	21,48	6.682,03
1.2.2.2.	SINAPI	100393	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE CAIBRO EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M2	311,04	20,15	BDI 1	25,46	7.920,19
1.2.2.3.	SINAPI	100392	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE RIPA EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M2	311,04	15,70	BDI 1	19,84	6.171,06
1.2.2.4.	SINAPI	97651	REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MENOR QUE 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	UND	4,00	83,00	BDI 1	104,89	419,54
1.2.2.5.	SINAPI	97652	REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MAIOR OU IGUAL A 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	UND	2,00	188,16	BDI 1	237,78	475,56
1.2.2.6.	SINAPI	92550	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 8 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. - TELHADO 1	UND	1,00	2.311,11	BDI 1	2.920,55	2.920,55
1.2.2.7.	SINAPI	100381	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTALETES DE MADEIRA NÃO APARELHADA PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS E COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO EM EDIFÍCIO INSTITUCIONAL TERREO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	320,10	57,74	BDI 1	72,97	23.356,42
1.2.2.8.	SINAPI	94201	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	M2	27,10	42,13	BDI 1	53,24	1.442,80
1.2.2.9.	SINAPI	92541	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M2	32,10	85,46	BDI 1	108,00	3.466,67
1.2.2.10.	SINAPI	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M	74,44	49,43	BDI 1	62,46	4.649,88
1.2.2.11.	SINAPI	94227	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M	67,68	61,11	BDI 1	77,22	5.226,56



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1046646-02/2017	Nº TransfereGOV/ 851444/2017	PROponente / TOMADOR MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES			
LOCALIDADE SINAPI (ND: Referência 03-2024.xlsm)	DATA BASE 03-24 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF 0 TAPEROÁ / BA	BDI 1 26,37%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
0									466.443,30
1.3.			REVESTIMENTOS E PINTURAS					-	145.178,10
1.3.0.1.	SINAPI	88497	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX DUAS DEMÃOS	M2	252,30	17,54	BDI 1	22,17	5.592,30
1.3.0.2.	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M2	915,70	12,80	BDI 1	16,18	14.811,78
1.3.0.3.	SINAPI	102219	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, 02 DEMÃOS	M2	57,12	16,77	BDI 1	21,19	1.210,49
1.3.0.4.	SINAPI	96485	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_ 05/2017_P	M2	63,99	76,24	BDI 1	96,34	6.165,08
1.3.0.5.	SINAPI	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS.	M2	469,98	15,14	BDI 1	19,13	8.991,86
1.3.0.6.	SINAPI	87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL	M2	172,30	41,69	BDI 1	52,68	9.077,40
1.3.0.7.	SINAPI	87267	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_ 02/2023_PE	M2	1.259,04	62,43	BDI 1	78,89	99.329,19
1.4.			PISOS					-	78.838,81
1.4.0.1.	SBC	170011	CAMADA REGULARIZACAO 2.5cm EM PISOS CONCRETO MAGRO 1:3:5	M2	592,38	12,57	BDI 1	15,88	9.409,79
1.4.0.2.	SINAPI	104162	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. A	M2	557,24	94,20	BDI 1	119,04	66.334,14
1.4.0.3.	SINAPI	87246	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2.	M2	39,06	62,70	BDI 1	79,23	3.094,88
1.5.			ESQUADRIAS					-	5.653,82
1.5.1.			PORTAS DE MADEIRA/VIDRO/FECHADURA					-	5.653,82
1.5.1.1.	SINAPI	90841	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 60X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1,00	1.057,66	BDI 1	1.336,56	1.336,56
1.5.1.2.	SINAPI	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2,00	1.113,68	BDI 1	1.407,36	2.814,71
1.5.1.3.	SINAPI	90844	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1,00	1.189,01	BDI 1	1.502,55	1.502,55



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1046646-02/2017	Nº TransfereGOV 851444/2017	PROponente / TOMADOR MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES			
LOCALIDADE SINAPI (ND: Referência 03-2024.xlsm)	DATA BASE 03-24 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF 0 TAPEROÁ / BA	BDI 1 26,37%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
0									466.443,30
1.6.			INSTALAÇÃO ELÉTRICA					-	21.527,87
1.6.0.1.	ORSE	3395	Ponto de luz em teto ou parede, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4"	UND	5,00	261,00	BDI 1	329,83	1.649,13
1.6.0.2.	ORSE	3395	Ponto de luz em teto ou parede, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4"	UND	7,00	261,00	BDI 1	329,83	2.308,78
1.6.0.3.	ORSE	629	Revisão de ponto de tomada de força tipo 1	UND	4,00	55,04	BDI 1	69,55	278,22
1.6.0.4.	ORSE	630	Revisão de ponto de tomada de força tipo 2	UND	3,00	163,61	BDI 1	206,75	620,26
1.6.0.5.	ORSE	12808	Refletor Slim LED 200W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	UND	5,00	266,45	BDI 1	336,71	1.683,56
1.6.0.6.	SINAPI	93045	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA 45 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	87,00	44,67	BDI 1	56,45	4.911,10
1.6.0.7.	SINAPI	83463	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UND	2,00	370,01	BDI 1	467,58	935,16
1.6.0.8.	SINAPI	91856	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1")	M	125,00	11,62	BDI 1	14,68	1.835,52
1.6.0.9.	SINAPI	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	61,00	27,94	BDI 1	35,31	2.153,77
1.6.0.10.	SINAPI	91979	INTERRUPTOR INTERMEDIÁRIO, 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	58,00	44,51	BDI 1	56,25	3.262,34
1.6.0.11.	SINAPI	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	175,00	2,69	BDI 1	3,40	594,89
1.6.0.12.	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	125,00	3,87	BDI 1	4,89	611,31
1.6.0.13.	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	75,00	5,96	BDI 1	7,53	564,87
1.6.0.14.	SINAPI	101890	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UND	6,00	15,69	BDI 1	19,83	118,96
1.7.			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS					-	21.181,84
1.7.1.			HIDRAULICO					-	19.357,44
1.7.1.1.	SINAPI	89352	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA.	UND	2,00	36,39	BDI 1	45,99	91,97
1.7.1.2.	SINAPI	89355	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	6,00	19,21	BDI 1	24,28	145,65
1.7.1.3.	SINAPI	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	9,00	22,17	BDI 1	28,02	252,15
1.7.1.4.	SINAPI	89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	3,00	29,91	BDI 1	37,80	113,39
1.7.1.5.	SINAPI	89617	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	3,00	7,03	BDI 1	8,88	26,65



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1046646-02/2017	Nº TransfereGOV 851444/2017	PROponente / TOMADOR MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES			
LOCALIDADE SINAPI (ND: Referência 03-2024.xlsm)	DATA BASE 03-24 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF 01 TAPEROÁ / BA	BDI 1 26,37%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
0									466.443,30
1.7.1.6.	SINAPI	96685	JOELHO 45 GRAUS, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2,00	11,17	BDI 1	14,12	28,23
1.7.1.7.	SINAPI	86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	10,00	487,05	BDI 1	615,49	6.154,85
1.7.1.8.	SINAPI	86941	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45 X 55CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM EM METAL CROMADO, COM TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	10,00	736,46	BDI 1	930,66	9.306,65
1.7.1.9.	ORSE	12289	Plia de cozinha com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 2.50x0.60, com 02 cubas de aço inox, sifão cromado, válvula cromada, torneira em aço inox, inclusive rodopia 10 cm, assentada.	UND	1,00	2.562,24	BDI 1	3.237,90	3.237,90
1.7.2.			ESGOTO					-	1.824,40
1.7.2.1.	SINAPI	89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	M	7,00	19,55	BDI 1	24,71	172,94
1.7.2.2.	SINAPI	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	M	7,00	24,27	BDI 1	30,67	214,69
1.7.2.3.	SINAPI	89713	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	M	6,00	30,09	BDI 1	38,02	228,15
1.7.2.4.	SINAPI	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	M	6,00	33,80	BDI 1	42,71	256,28
1.7.2.5.	SINAPI	89811	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO.	UND	1,00	37,93	BDI 1	47,93	47,93
1.7.2.6.	SINAPI	89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	2,00	9,58	BDI 1	12,11	24,21
1.7.2.7.	SINAPI	89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	2,00	14,44	BDI 1	18,25	36,50
1.7.2.8.	SINAPI	89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	2,00	9,40	BDI 1	11,88	23,76
1.7.2.9.	SINAPI	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	1,00	13,87	BDI 1	17,53	17,53



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1046646-02/2017	Nº TransfereGOV 851444/2017	PROponente / TOMADOR MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES			
LOCALIDADE SINAPI (ND: Referência 03-2024.xlsm)	DATA BASE 03-24 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF 0 TAPEROÁ / BA	BDI 1 26,37%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

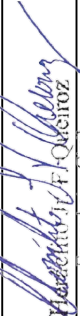
Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
0									466.443,30
1.7.2.10.	SINAPI	89782	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	2,00	13,50	BDI 1	17,06	34,12
1.7.2.11.	SINAPI	89860	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	1,00	44,18	BDI 1	55,83	55,83
1.7.2.12.	SINAPI	97902	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS; DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UND	1,00	563,79	BDI 1	712,46	712,46
1.8.			SERVIÇOS FINAIS					-	10.046,04
1.8.0.1.	ORSE	7842	LETRAS EM AÇO ESCOVADO 40 X 40 CM	UND	30,00	205,16	BDI 1	259,26	7.777,82
1.8.0.2.	ORSE	2450	LIMPEZA GERAL	M2	754,16	2,38	BDI 1	3,01	2.288,22

Encargos sociais: [Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.]

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Total.
Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

TAPEROÁ / BA
Local
domingo, 28 de julho de 2024
Data


Responsável Técnico Civil
Nome: HIERACLETON JUNIOR FERREIRA QUEIROZ
CREA/CAU: CREA/BA 3000022940
ART/IRRT: BA20220132798



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TGOV	PROponente TOMADOR	APeLIDO EMPReENDIMENTO	DESCRIÇÃO DO LOTE
1046646-02/2017	851444/2017	MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA	REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES	0

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1.	REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR	466.443,30	% Período:	09/24	10/24	11/24	12/24	01/25	02/25	03/25	04/25	05/25	06/25	07/25	08/25
1.1.	DEMOLIÇÃO	40.019,42	% Período:	14,14%	36,01%	25,66%	24,19%								
1.2.	PLATIBANDA/COBERTURA	143.997,40	% Período:	35,85%	21,69%	21,69%	20,77%								
1.3.	REVESTIMENTOS E PINTURAS	145.178,10	% Período:	17,55%	34,88%	29,25%	18,31%								
1.4.	PISOS	78.838,81	% Período:	0,78%	32,25%	32,25%	34,73%								
1.5.	ESQUADRIAS	5.653,82	% Período:	31,96%	24,76%	20,84%	22,43%								
1.6.	INSTALAÇÃO ELÉTRICA	21.527,87	% Período:			100,00%									
1.7.	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	21.181,84	% Período:		100,00%										
1.8.	SERVIÇOS FINAIS	10.046,04	% Período:				100,00%								
Total: R\$ 466.443,30															
Período:				%:	14,14%	36,01%	25,66%	24,19%							
				Repassa:	65.956,81	167.959,95	119.698,64	112.827,90							
				Contrapartida:	-	-	-	-							
				Outros:	-	-	-	-							
Acumulado:				Investimento:	65.956,81	167.959,95	119.698,64	112.827,90							
				%:	14,14%	50,15%	75,81%	100,00%							
				Repassa:	65.956,81	233.916,76	353.615,40	466.443,30							
				Contrapartida:	-	-	-	-							
Investimento:				Outros:	-	-	-	-							
					65.956,81	233.916,76	353.615,40	466.443,30							

TAPEROÁ / BA

Local

quinta-feira, 24 de outubro de 2024

Data

Responsável Técnico: 000022940
Nome: HERACLITO JUNIOR FERREIRA QUEIROZ
CRE/CAU: CRE/BA 3000022940
ART/RRT: BA20220132798



Nº OPERAÇÃO	Nº TGOV	PROponente Tomador
1046646-02/2017	851444/2017	MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:
1.	REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAF	466.443,30	% Período:
1.1.	DEMOLIÇÃO	40.019,42	% Período:
1.2.	PLATIBANDA/COBERTURA	143.997,40	% Período:
1.3.	REVESTIMENTOS E PINTURAS	145.178,10	% Período:
1.4.	PISOS	78.838,81	% Período:
1.5.	ESQUADRIAS	5.653,82	% Período:
1.6.	INSTALAÇÃO ELÉTRICA	21.527,87	% Período:
1.7.	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	21.181,84	% Período:
1.8.	SERVIÇOS FINAIS	10.046,04	% Período:

Total: R\$ 466.443,30	Período:	%:
		Repasso:
		Contrapartida:
		Outros:
	Acumulado:	Investimento:
		%:
		Repasso:
		Contrapartida:
		Outros:
		Investimento:

Local

Data

HOSPITAL 1	HOSPITAL 2	HOSPITAL 3	HOSPITAL 4
65.956,81	119.698,64	167.959,95	112.827,90
	143,00	143,04	25,00
	143,00	143,04	25,00
	2,00	2,00	
	1,00	1,00	
		1,00	
	100,00	100,00	120,10
	10,00	10,00	7,10
	10,00	10,00	12,10
	25,00	25,00	24,44
	20,00	20,00	27,68
	80,00	80,00	92,30
70,00	280,00	280,00	285,70
	20,00	20,00	17,12
	20,00	20,00	23,99
	180,00	180,00	109,98
	60,00	60,00	52,30
	400,00	400,00	459,04
200,00	135,00	135,00	122,38
185,00	120,00	120,00	132,24
		39,06	

FRENTES DE OBRA:

Agrupador de Eventos
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
PLATIBANDA/COBERTURA
REVESTIMENTOS E PINTURAS
REVESTIMENTOS E PINTURAS
REVESTIMENTOS E PINTURAS
REVESTIMENTOS E PINTURAS
REVESTIMENTOS E PINTURAS
REVESTIMENTOS E PINTURAS
PISOS
PISOS
PISOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
1.2.2.2.	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE CAIBRO EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M2	311,04	
1.2.2.3.	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE RIPA EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M2	311,04	
1.2.2.4.	REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MENOR QUE 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	UND	4,00	
1.2.2.5.	REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MAIOR OU IGUAL A 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	UND	2,00	
1.2.2.6.	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 8 M. PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO ICAMENTO - TELHADO 1.	UND	1,00	
1.2.2.7.	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTALETES DE MADEIRA NÃO APARELHADA PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS E COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO EM EDIFÍCIO INSTITUCIONAL TERREO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF. 07/2019	M2	320,10	
1.2.2.8.	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS. INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	M2	27,10	
1.2.2.9.	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M2	32,10	
1.2.2.10.	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M	74,44	
1.2.2.11.	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M	67,68	
1.3.	REVESTIMENTOS E PINTURAS	-	-	
1.3.0.1.	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX DUAS DEMÃOS	M2	252,30	
1.3.0.2.	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M2	915,70	
1.3.0.3.	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, 02 DEMÃOS	M2	57,12	
1.3.0.4.	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF. 05/2017. P	M2	63,99	
1.3.0.5.	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS.	M2	469,98	
1.3.0.6.	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8. PREPARO MANUAL	M2	172,30	
1.3.0.7.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20x20 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF. 02/2023. PE	M2	1.259,04	
1.4.	PISOS	-	-	
1.4.0.1.	CANADA REGULARIZAÇÃO 2,5cm EM PISOS CONCRETO MAGRO 1:3:5 PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA 4 BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. A	M2	557,24	
1.4.0.3.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35x35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2.	M2	39,06	
1.5.	ESQUADRIAS	-	-	
1.5.1.	PORTAS DE MADEIRA/VIDROFECHADURA	-	-	

0	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
1.5.1.1.		KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3.5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1,00	
1.5.1.2.		KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3.5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2,00	
1.5.1.3.		KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3.5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1,00	
1.6.		INSTALAÇÃO ELÉTRICA	-	-	
1.6.0.1.		Ponto de luz em teto ou parede, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4"	UND	5,00	
1.6.0.2.		Ponto de luz em teto ou parede, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4"	UND	7,00	
1.6.0.3.		Revisão de ponto de tomada de força tipo 1	UND	4,00	
1.6.0.4.		Revisão de ponto de tomada de força tipo 2	UND	3,00	
1.6.0.5.		Refletor Slim LED 200W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	UND	5,00	
1.6.0.6.		LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA 45 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	87,00	
1.6.0.7.		QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UND	2,00	
1.6.0.8.		ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1")	M	125,00	
1.6.0.9.		TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	61,00	
1.6.0.10.		INTERRUPTOR INTERMEDIÁRIO, 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	58,00	
1.6.0.11.		CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 1.5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	175,00	
1.6.0.12.		CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 2.5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	125,00	
1.6.0.13.		CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	75,00	
1.6.0.14.		DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UND	6,00	
1.7.		INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	-	-	
1.7.1.		HIDRAULICO	-	-	
1.7.1.1.		REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA.	UND	2,00	
1.7.1.2.		TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	6,00	
1.7.1.3.		TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	9,00	

FRENTES DE OBRA:

Agrupador de Eventos	1	2	3	4
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):	65.956,81	119.698,64	167.959,95	112.827,90
ESQUADRIAS		1,00		
ESQUADRIAS		2,00		
ESQUADRIAS		1,00		
INSTALAÇÃO ELÉTRICA				
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			5,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			7,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			4,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			3,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			5,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			87,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			2,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			125,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			61,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			58,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			175,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			125,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			75,00	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA			6,00	
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS				
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS			2,00	
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS			6,00	
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS			9,00	

APELIDO DO EMPREENDIMENTO REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES	Nº TransfereGov 851444/2017	Nº OPERAÇÃO 1046646-02/2017	PROPOONENTE / TOMADOR MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA		Nº OPERAÇÃO 1046646-02/2017
			Grau de Sigilo #PUBLICO		

FRENTES DE OBRA:				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
0				
1.7.1.4.	TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	3,00	
1.7.1.5.	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	3,00	
1.7.1.6.	JOELHO 45 GRAUS, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2,00	
1.7.1.7.	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXIVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	10,00	
1.7.1.8.	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45 X 55CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA, VÁLVULA E ENGATE FLEXIVEL DE 40CM EM METAL CROMADO, COM TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	10,00	
1.7.1.9.	Plia de cozinha com bancada em granito chiza andorinha, e = 2cm, dim 2.50x0.60, com 02 cubas de aço inox, sifão cromado, válvula cromada, torneira em aço inox, inclusive rodopia 10 cm, assentada.	UND	1,00	
1.7.2.	ESGOTO		-	
1.7.2.1.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	M	7,00	
1.7.2.2.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	M	7,00	
1.7.2.3.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	M	6,00	
1.7.2.4.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	M	6,00	
1.7.2.5.	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO.	UND	1,00	
1.7.2.6.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	2,00	
1.7.2.7.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	2,00	
1.7.2.8.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	2,00	
1.7.2.9.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	1,00	
1.7.2.10.	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	2,00	
1.7.2.11.	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AEREO DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	1,00	

FRENTES DE OBRA:				
Agrupador de Eventos				
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):				
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				3,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				3,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				10,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				10,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				1,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				7,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				7,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				6,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				6,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				1,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				1,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				1,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				1,00

FRENTES DE OBRA:				
Agrupador de Eventos				
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):				
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				3,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				3,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				10,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				10,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				1,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				7,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				7,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				6,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				6,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				1,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				1,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				2,00
INSTALAÇÕES				
HIDROSSANITÁRIAS				1,00



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES

Memória de Cálculo - OGU

APELIDO DO EMPREENDIMENTO
REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES

Nº TransfereGOV
851444/2017

Nº OPERAÇÃO
1046646-02/2017

PROponente / Tomador
MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA

Nº OPERAÇÃO
1046646-02/2017

#REF1

Grau de Sigilo
#PUBLICO

FRENTE DE OBRA:				HOSPITAL 1				HOSPITAL 2				HOSPITAL 3				HOSPITAL 4			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo															
0																			
1.7.2.12.	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF 12/2020	UND	1,00																
1.8.	SERVIÇOS FINAIS		-																
1.8.0.1.	LETRAS EM AÇO ESCOVADO 40 X 40 CM	UND.	30,00																
1.8.0.2.	LIMPEZA GERAL	M2	754,16																
Agrupador de Eventos																			
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):																			
INSTALAÇÕES																			
HIDROSSANITÁRIAS																			
SERVIÇOS FINAIS																			
SERVIÇOS FINAIS																			

Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR
1046646-02/2017	851444/2017	MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES /

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção e Reforma de Edifícios

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,00%
Seguro e Garantia	SG	0,80%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	0,59%
Lucro	L	7,74%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,34%
BDI COM desoneração	BDI DES	26,37%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 40%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

TAPEROÁ / BA

Local

domingo, 28 de julho de 2024

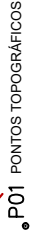
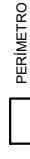
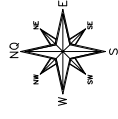
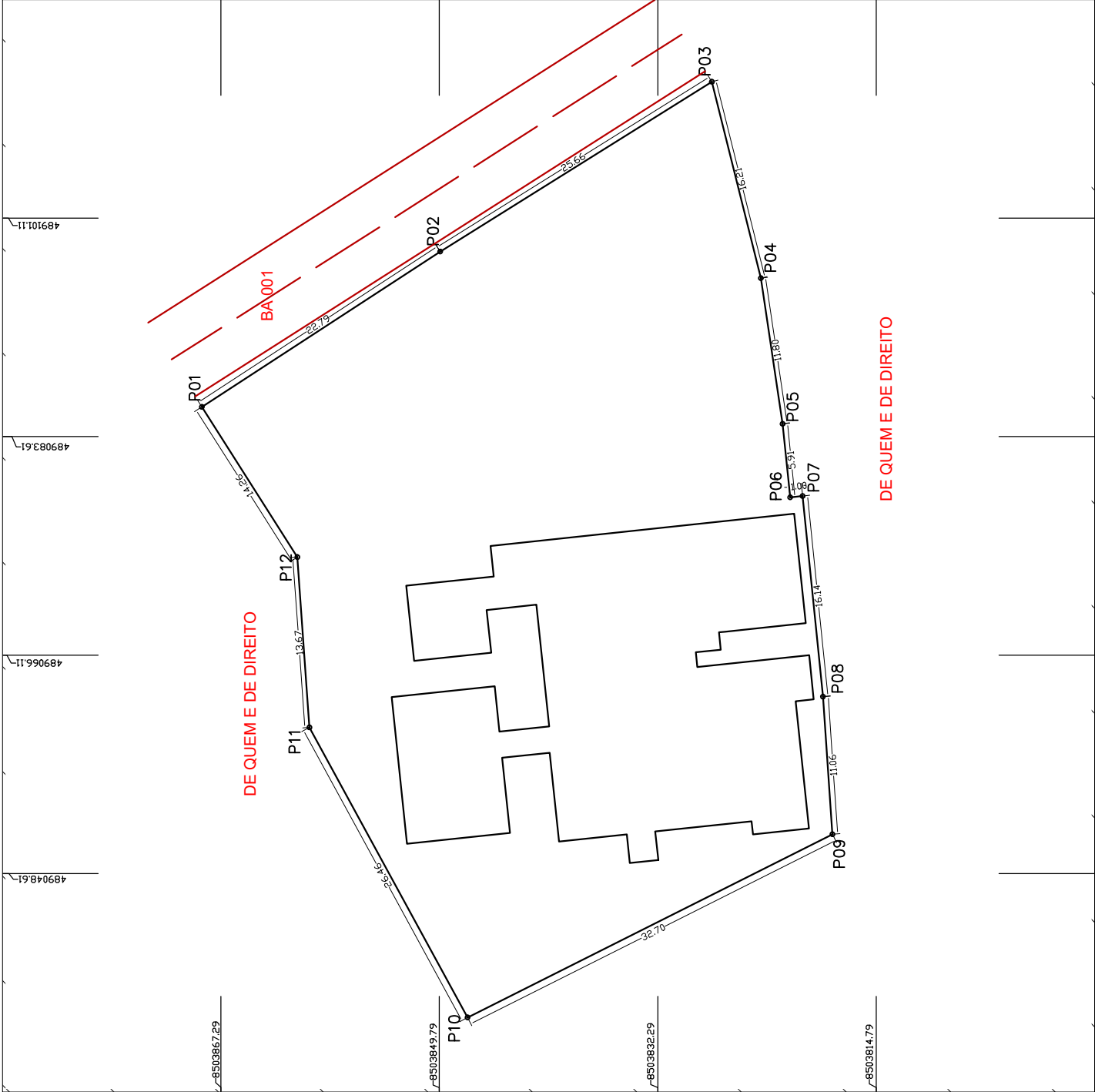
Data

Responsável Técnico

Nome: HERÁCLITO JÚNIOR FERREIRA QUEIROZ

CREA/CAU: CREA/BA 3000022940

ART/RRT: BA20220132798



ESCALA GRÁFICA



SERVIÇO: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO

IMÓVEL: HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES

CLIENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROA

PRANCHA:

01

LOCALIDADE:

CENTRO, TAPERÓA - BA

FORMATO:

A4

ÁREA TOTAL:

2.311,46 m²

ESCALA:

1/500

COORDENADAS:

SISTEMA UTM - SIRGAS 2000

RESP. TÉCNICO:

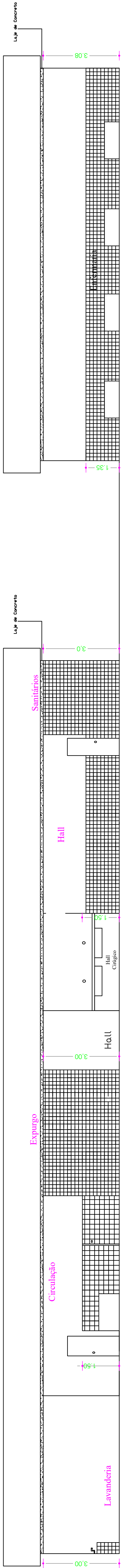
Daniel Correa Cardoso
Eng. Civil - CREA/BA 67048

DATA: 18/11/2019

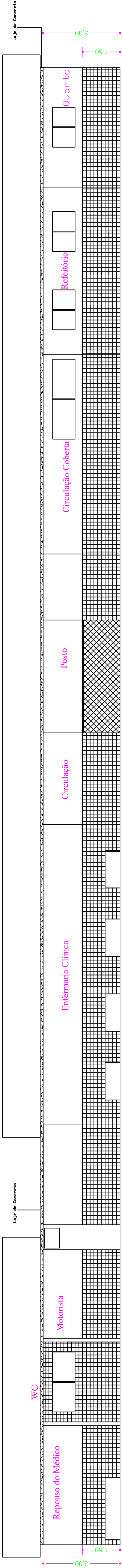


REV	FOR	DATA	DESCRIÇÃO
01	MOB	01/01	01
02			02
03			03
04			04

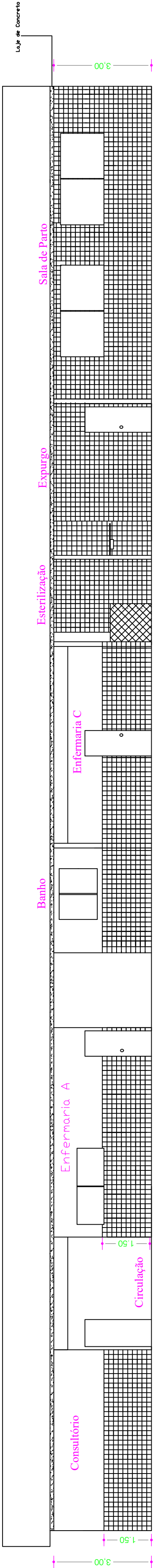
REVISOES



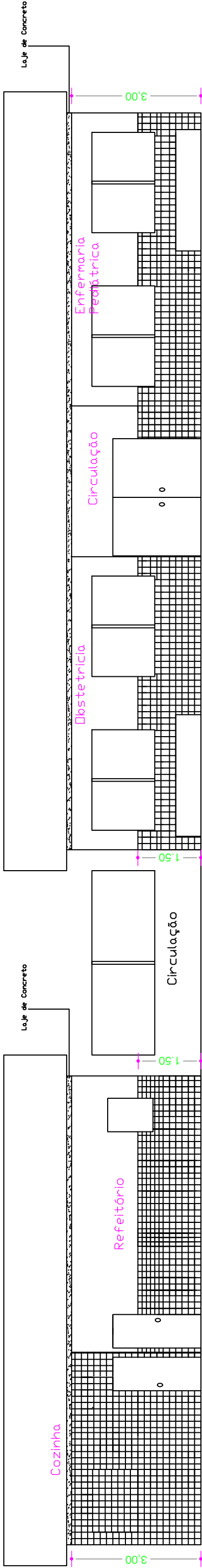
Corte AA



Corte BB



Corte CC



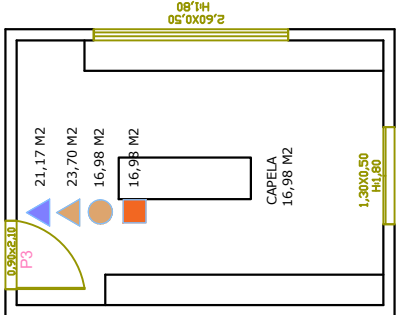
Corte DD

PROJETO DE PROJETO	
PROJETO DE REFORMA – HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES	
REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	
CORTES AA, BB, CC E DD	
ETAPA	FRANCHA
PROJETO BÁSICO	
CLIENTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
PROJETO	CENTRO, TAPEROÁ-BA
RESP. TÉCNICO	DANIEL CORREA CARDOSO
DATA	NOV/2019
1/100	

SÍMBOLO	LEGENDA DE REFORMA
	DESCORÇÃO
	PARQUE COM PINTURA ACÍRICA
	REVESTIMENTO CERÂMICO 30X30CM (R=1.30M)
	REVESTIMENTO CERÂMICO 30X30CM (R=3.30M)
	DEBORAÇÃO FRO CERÂMICO
	PRO CERÂMICO NOVO
	PRO CERÂMICO NOVO
	LAJE COM PINTURA ACÍRICA
	INSTALAÇÃO SINO PVC

TABELA DE PORTAS				
Nome	Largura	Altura	Quantidade	Local de alteração
P1	2,00	2,40	1	Porta de vidro (abrir) 147 (2 Basa - 2
P2	1,40	2,10	3	Porta de madeira (abrir) 12F
P3	0,90	2,10	9	Porta de madeira (abrir) 12F
P4	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P5	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P6	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P7	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P8	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P9	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P10	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P11	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P12	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P13	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P14	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P15	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P16	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P17	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P18	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P19	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F
P20	0,90	2,10	8	Porta de madeira (abrir) 12F

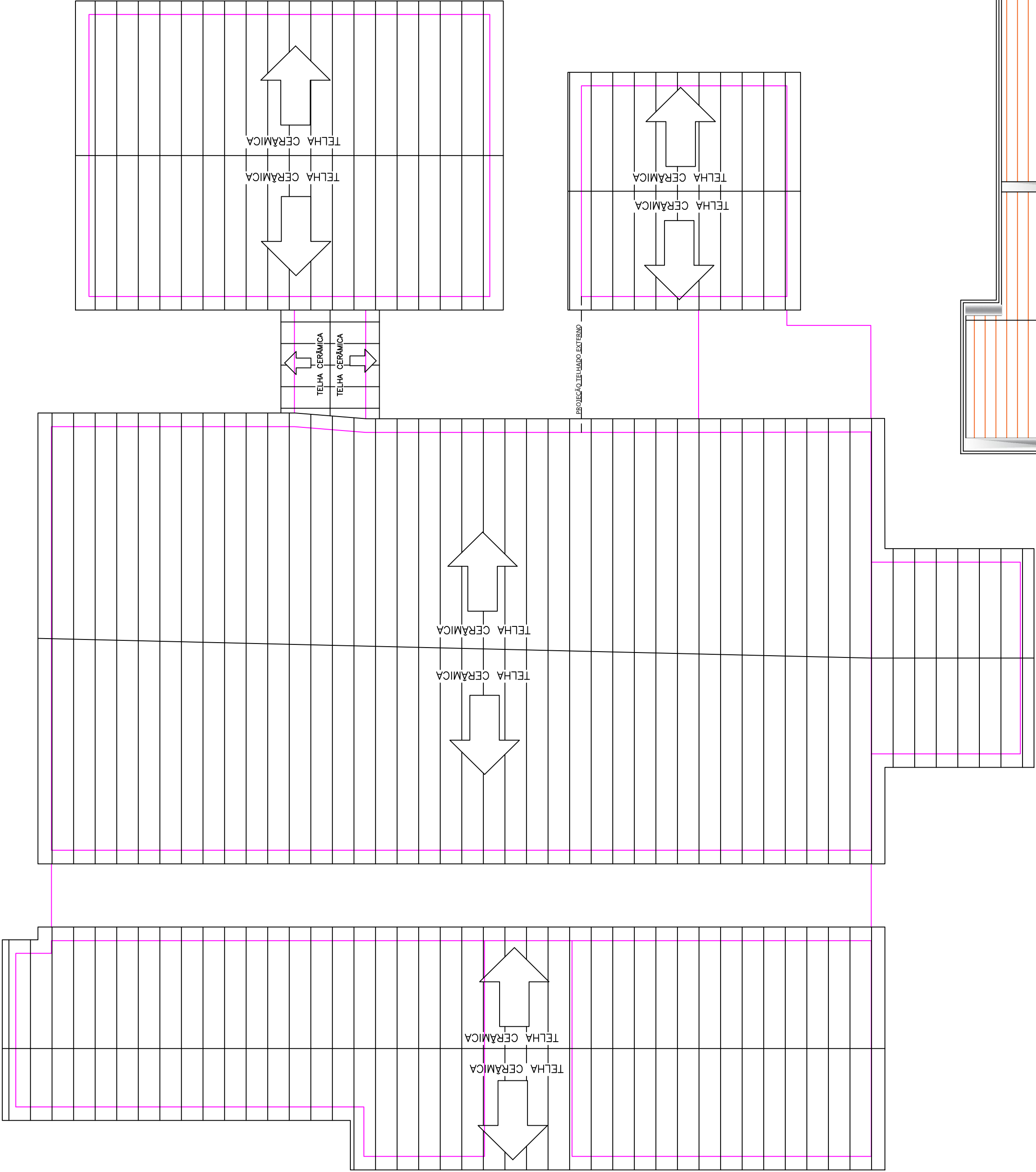
TABELA DE JANELAS				
Nome	Largura	Altura	Quantidade	Local de alteração
J1	2,20	0,70	1	Janela de vidro (conter) 14F
J2	2,20	0,70	1	Janela de vidro (conter) 12F
J3	2,20	0,70	1	Janela de vidro (conter) 12F
J4	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J5	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J6	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J7	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J8	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J9	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J10	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J11	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J12	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J13	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J14	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J15	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J16	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J17	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J18	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J19	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J20	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J21	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J22	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J23	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J24	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J25	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J26	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J27	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J28	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J29	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J30	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J31	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J32	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J33	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J34	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J35	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J36	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J37	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J38	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J39	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J40	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J41	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J42	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J43	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J44	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J45	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J46	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J47	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J48	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J49	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J50	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J51	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J52	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J53	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J54	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J55	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J56	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J57	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J58	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J59	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J60	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J61	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J62	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J63	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J64	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J65	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J66	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J67	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J68	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J69	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J70	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J71	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J72	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J73	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J74	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J75	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J76	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J77	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J78	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J79	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J80	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J81	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J82	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J83	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J84	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J85	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J86	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J87	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J88	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J89	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J90	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J91	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J92	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J93	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J94	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J95	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J96	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J97	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J98	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J99	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F
J100	1,50	0,60	1	Janela de vidro (conter) 12F



TÍPO DE PROJETO:	PROJETO DE REFORMA – HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES
PROJETO:	REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
PRANCHA:PLANTA BAIXA – LAYOUT INTERNO	IDENTIFICAÇÃO DE AMBIENTES, QUADRO DE QUANTITATIVOS E ESQUADRIAS
ETAPA:	PROJETO BÁSICO
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
ENDEREÇO:	CENTRO, TAPEROÁ–BA
RESP. TÉCNICO:	DANIEL CORREA CARDOSO
CREA/BA	67048
DATA:	NOV/2019
ESCALA:	1/100

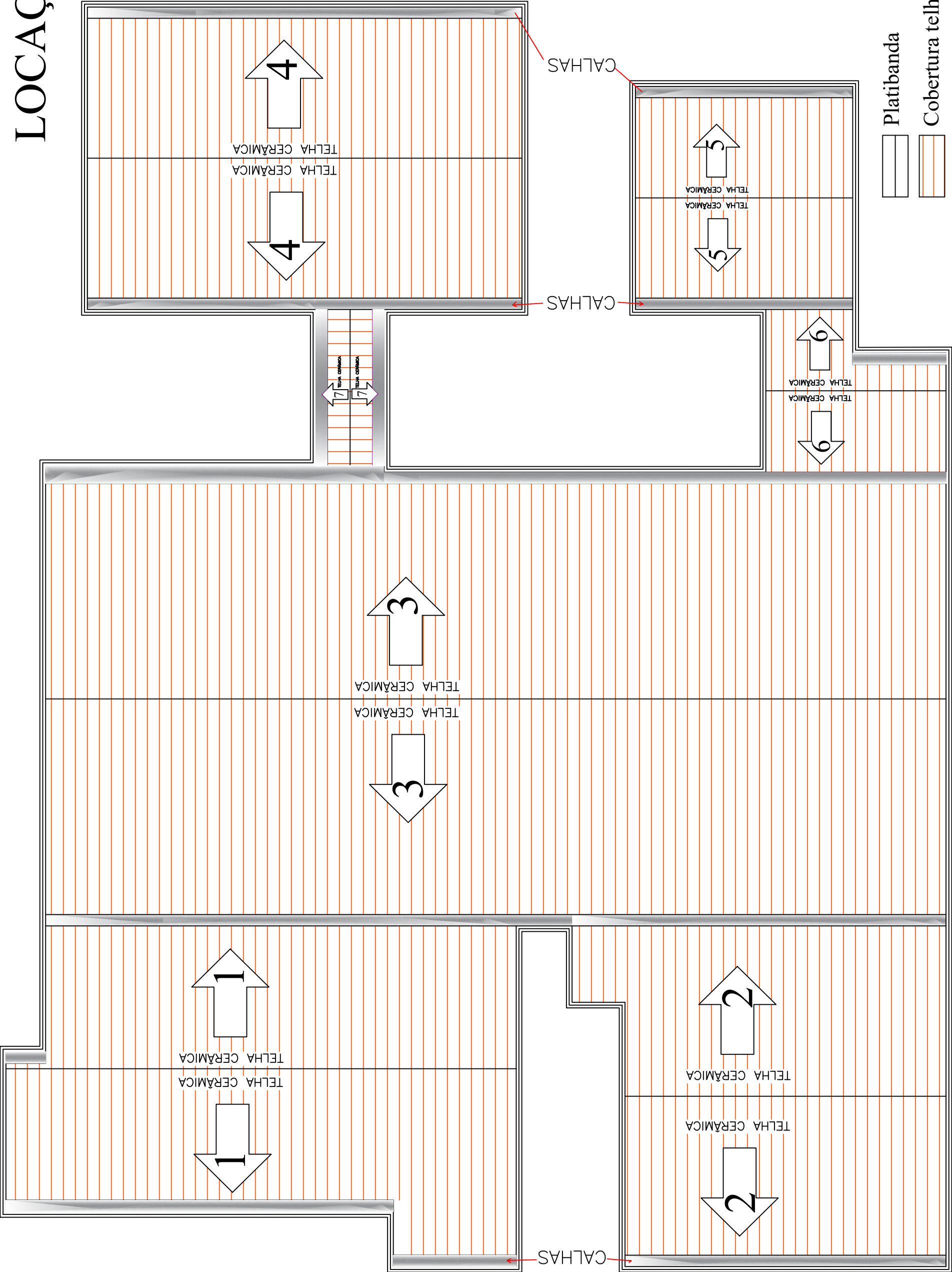
PLANTA BAIXA - REFORMA - 1/100

04



COBERTURA EXISTENTE - 1/100

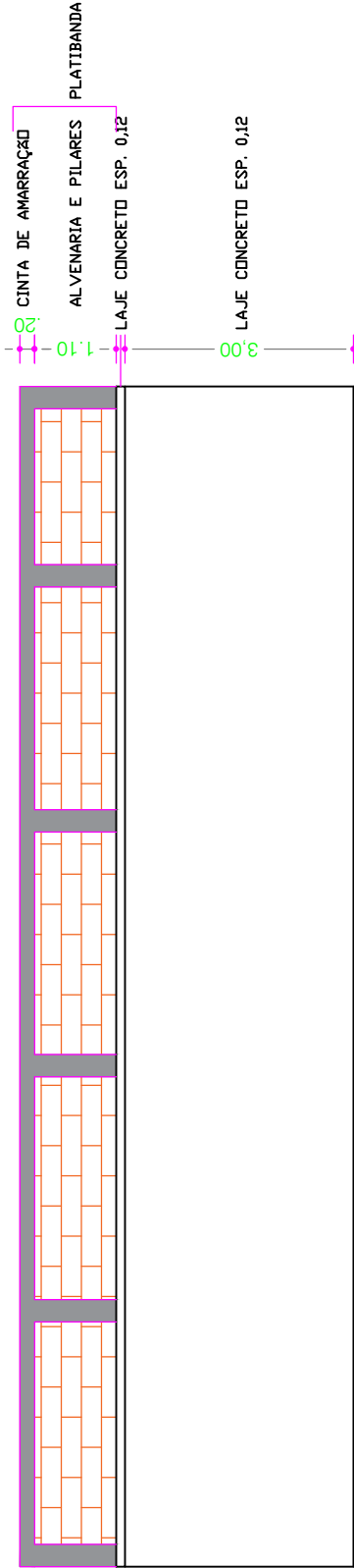
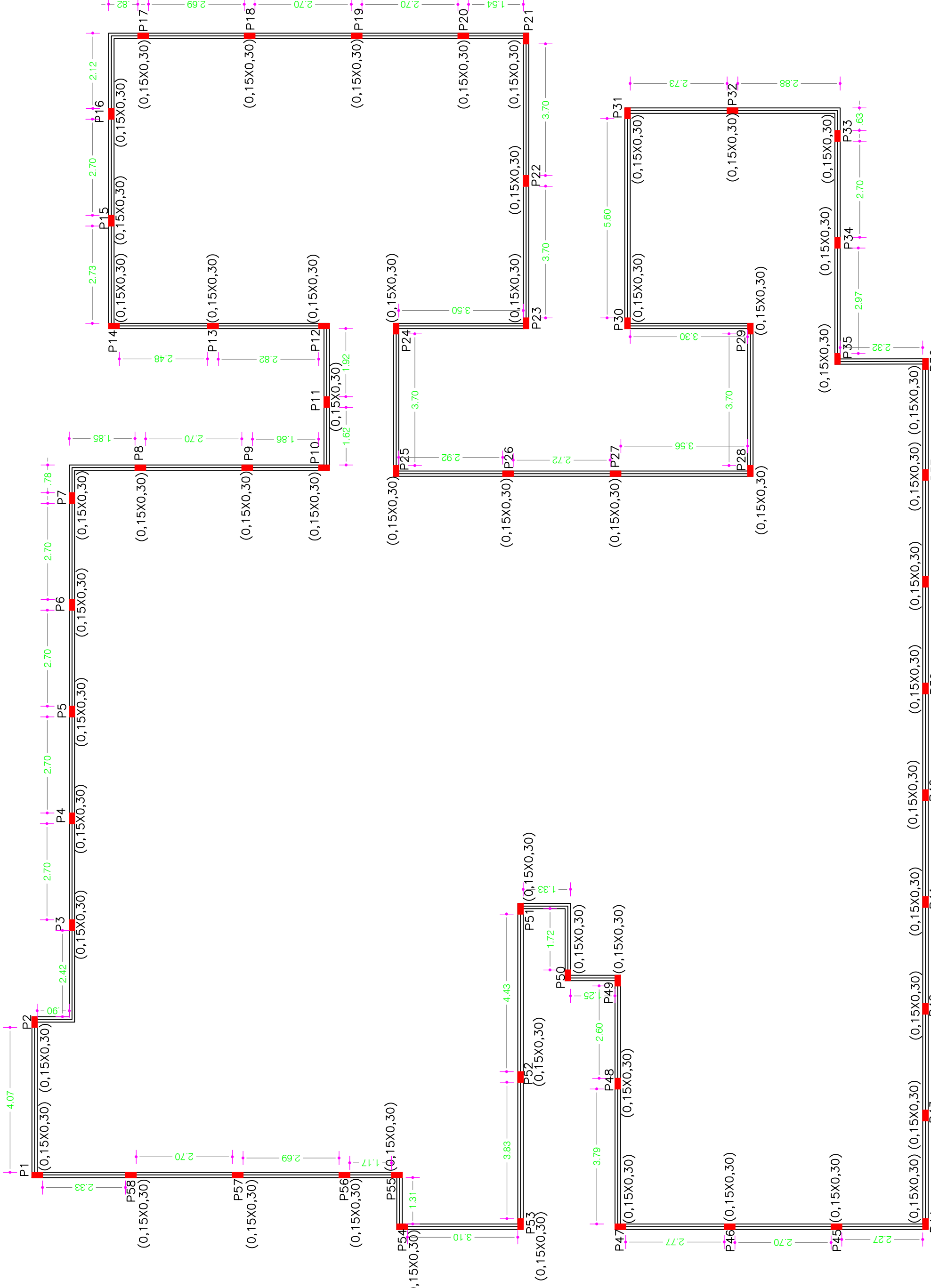
- Coertura com beiral existente.
- Edif. Existente



NOVA DISPOSIÇÃO DA COBERTURA - 1/100

LOCAÇÃO PILARES PLATIBANDA - 1/100

- Platibanda
- Pilares platibanda 0,15x0,30



DETALHE PLATIBANDA - 1/100

PROJ. DE PROJETO:	PROJETO DE REFORMA – HOSPITAL MUNICIPAL IOMAR MEIRELES
PROJETO:	REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
FRANCHA:	COBERTURA EXISTENTE, LOCAÇÃO DE PILARES PLATIBANDA
FRANCHA:	NOVA DISPOSIÇÃO DA COBERTURA
FRANCHA:	FRANCHA
PROJETO BÁSICO	
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPERÓIA
PROJETO:	CENTRO, TAPERÓIA-BÁ
PROJ. TÉCNICO:	NOVA
PROJ. TÉCNICO:	DANIEL CORREIA CARDOSO
PROJ. TÉCNICO:	CREA/BA 67048
PROJ. TÉCNICO:	NOV/2019
PROJ. TÉCNICO:	1/100